

*Um percurso alternativo para a modernidade:
a terra como invenção*



Fernando Perlatto

Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), da Universidade Cândido Mendes (Ucam). fperlatto@yahoo.com.br

Um percurso alternativo para a modernidade: a terra como invenção

Fernando Perlatto

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Um dos grandes dilemas a animar a intelectualidade brasileira desde a nossa hora inaugural foi a comparação da trajetória nacional com modelos paradigmáticos de acesso ao “moderno” fornecidos por países que enfrentaram revoluções burguesas “clássicas”, como França e Inglaterra. Tratava-se, pois, de confrontar o descompasso do andamento da transição do Brasil rumo à modernidade com aquele seguido pelos países centrais, inquirição essa que, na maior parte das vezes, conduzia a um sentimento de que o “atraso” consistiria em um traço congênito da nossa formação. Noções como “falta” e “ausência” eram comuns à imaginação política e social brasileira, que buscava em nossa trajetória os impasses que impediriam nosso tão aguardado acesso à modernidade. Perspectiva essa tão forte que orientou, inclusive, reflexões significativas das ciências sociais já institucionalizadas, influenciadas pela razão dualista que, ao opor pares de conceito como tradicional-moderno, rural-urbano e agrário-industrial, propugnava que a modificação em determinadas variáveis poderia conduzir as sociedades ditas “tradicionais” ao rol das nações desenvolvidas.

Coube à geração de cientistas sociais na década de 1970 — em obras como *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira (1972), *A revolução burguesa*, de Florestan Fernandes (1975), e *Liberalismo e sindicato no Brasil*, de Luiz Werneck Vianna (1976) — elaborar uma crítica mais sistemática a essa concepção dualista, mostrando que o moderno já havia nos chegado, ainda que diretamente atrelado ao atraso, que teria permitido sua ascensão, controlando, em contrapartida, seus movimentos. Desse modo, o moderno e o atraso teriam se articulado na constituição do capitalismo no país, que pôde experimentar, sem o concurso da revolução burguesa clássica, uma transição que acabou por conservar traços autoritários da nossa formação. Nas décadas de 1980 e 1990, com o processo de redemocratização em curso, novos interesses emergiram e a agenda de pesquisa das ciências sociais, influenciada pelas transformações políticas verificadas na sociedade brasileira, se modificou. Contudo, a inquirição sobre o nosso acesso ao moderno permaneceu como uma agenda importante de pesquisa, ainda que pensada sobre novas bases.

Os impulsos para a retomada da investigação sobre a nossa modernização partiram, em grande medida, do seminal trabalho de Richard Morse, *O Espelho de Próspero*, publicado originalmente no México em 1982 e no Brasil em 1988. Ao comparar as trajetórias civilizacionais do que chamou de Ibero-América e Anglo-América, Morse enfatizou as potencialidades da “opção ibérica”, devido às suas conotações organicistas e comunitárias, quando comparada com o mundo anglo-saxão, marcado pelo interesse

utilitarista e pelo individualismo. Essa vertente ibérica seria a responsável por um acesso diferenciado ao moderno, encarado não mais pelo viés da inferioridade, mas como uma possibilidade diferenciada de construção civilizacional.¹ Diversos trabalhos foram desenvolvidos nessa direção, buscando investigar historicamente a nossa tradição mediante o diálogo com autores do pensamento social brasileiro, permitindo, por conseguinte, uma compreensão mais complexa da modernização nacional, inquirindo-a como uma possibilidade alternativa de acesso ao moderno.²

É justamente nessa seara de reflexões sobre o nosso processo de modernização, inquirido a partir de categorias e autores chaves do pensamento social brasileiro, que se situa o instigante livro *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*, de João Marcelo Ehlert Maia. Esse trabalho se destaca não apenas pela coerência dos argumentos mobilizados, mas pela criatividade na abordagem de um tema tão controverso e fascinante como a nossa transição ao moderno. Resultado de uma tese de doutorado defendida pelo autor no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), essa obra — vencedora do Prêmio Jorge Zahar de Ciências Sociais e do prêmio conferido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) à melhor tese de Sociologia defendida em 2007 — já nasce para se tornar material indispensável nos cursos de ciências humanas. Não é exagero dizer que com a publicação desse livro, Maia se insere entre os autores de ponta da investigação sobre o pensamento social brasileiro, na medida em que não esgota sua reflexão na mera busca do que os intelectuais por ele tratados disseram, mas procura traçar a partir daí um exame mais abrangente sobre a experiência da nossa modernização.³

Dividida em cinco capítulos, *A terra como invenção* tem como objeto de análise a centralidade do tema da *terra* na imaginação ilustrada brasileira. Porém, conforme destacado nas linhas acima, não se trata de um exame da idéia da terra no pensamento social brasileiro *per se*, mas uma inquirição sobre a forma como a percepção da dimensão do espaço na imaginação de certos autores implicou em uma determinada interpretação da experiência brasileira relacionada à modernização. Desse modo, as imagens espaciais não são tomadas apenas como categorias descritivas de cenários físicos e lugares geográficos “realmente existentes”, mas como modos de cognição da vida social e formas argumentativas capazes de produzirem teorizações mais amplas sobre a modernidade e seus diferentes arranjos.

Para construir seu argumento, Maia procura realizar uma discussão sobre o lugar clássico ocupado pelo espaço na teoria social, sugerindo a possibilidade de interpretá-lo não apenas pelo registro geográfico. De acordo com ele, na maior parte das reflexões oriundas do campo das ciências sociais, a dimensão espacial apareceu vinculada à idéia de resistência às transformações advindas com a modernidade, enquanto que aquela vinculada ao tempo foi tomada como a categoria determinante, posto que associada às mudanças históricas. Contrariando essa perspectiva e dialogando com uma ampla bibliografia, Maia sustenta a hipótese de que o espaço pode ser pensado não somente como um cenário físico ou como uma categoria refratária ao moderno e identificada com a permanência, mas como metáfora capaz de dar sentido à diversidade das experiências sociais, que também estariam vinculadas à modernidade e à inovação.

De acordo com o autor, as imagens espaciais adquiriram enorme

¹ MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

² Podemos destacar, entre outros, os seguintes trabalhos: WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997; CARVALHO, Maria Alice Rezende. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1998; OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000; BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

³ Nos últimos anos, João Marcelo Ehlert Maia vem contribuindo com novas reflexões teóricas sobre esta área, procurando demonstrar de que forma os autores do pensamento social brasileiro podem “falar não apenas do Brasil, mas também sobre dilemas modernos globais a partir de um ponto de vista distinto daquele formulado no mundo europeu e anglo-saxão”. Ver MAIA, João Marcelo Ehlert. *Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, out., 2009, p. 156.

centralidade em algumas sociedades periféricas, que se constituíram nas margens da modernidade européia clássica e que se viram às voltas com a organização de vastos territórios desconhecidos e não ordenados pela regulação cívico-urbana. A categoria terra é mobilizada com o intuito de vislumbrar essas imaginações periféricas cujas configurações civilizatórias foram pautadas por códigos morais alternativos àqueles hegemônicos nas modernidades centrais. Trata-se, e isso é importante ressaltar, de imaginações espaciais que se configuram como experiências alternativas em relação ao moderno e não experiências refratárias ao moderno, encaradas como um desvio frente à suposta universalidade do projeto moderno europeu.

Maia toma a idéia de Rússia Americana, com o intuito de inquirir comparativamente a imaginação espacial de determinados contextos periféricos às modernidades centrais. Rússia e Estados Unidos são as geografias escolhidas pelo autor, na medida em que, assim como na experiência brasileira, nessas sociedades o tema espacial logrou estabelecer forte relação com o processo de modernização. Essas “três metafísicas” periféricas não oporiam de forma radical terra e modernidade, mas inscreveriam esses países em marchas alternativas de ajuste social ao capitalismo e ao Ocidente daquelas vivenciadas pelos países centrais. As alegorias espaciais mobilizadas pelos intelectuais dessas três metafísicas possuíam a qualidade de localizar nessas formações periféricas personagens e formas de vida dinâmicas que puderam operar pontos de passagem para a modernidade alternativas ao cânone liberal. Ao buscar encontrar nas matrizes do pensamento social elementos para uma teorização mais ampla, Maia analisa de que forma os intelectuais que se debruçaram sobre estas metafísicas singulares destacaram a radical potência inventiva dessas novas geografias, produtos de uma modernidade aberta que reservaria lugar privilegiado para o tema da *invenção*.

Para analisar o Brasil, o autor toma como cenário a Primeira República, por ter sido essa uma época pródiga em fabulações que procuravam rearticular os temas da terra e da construção da modernidade. Maia se debruça sobre este período, analisado as obras de Graça Aranha, Ronald de Carvalho e do grupo simbolista católico organizado em torno da revista *Fiesta*, com o intuito de mapear as experiências sociais e intelectuais concretas desses importantes personagens do modernismo atentos para o tema da terra na formação brasileira, e de analisar a tensão não resolvida em suas obras entre a postulação de uma ontologia nacional, assentada num discurso sobre a fundação étnica do país, e a necessidade de incorporar o Brasil ao rol das civilizações modernas. A investigação sobre esses autores abre caminho para que o autor se dedique à compreensão do tema da *terra* nos escritos de outros dois intelectuais da Primeira República que mais lhe interessam — Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso —, cujas obras se configuram como fundamentais para o desenvolvimento do seu argumento.

Esses dois engenheiros, formados em uma cultura técnica difusa e orientados por um positivismo que atuava como uma espécie de código moral da nova *intelligentsia* que procurava seu espaço na Primeira República, vislumbraram na terra, e não na cidade ou nos temas urbanos, uma imagem associada às potencialidades do processo civilizatório brasileiro, localizando na imagem espacial o registro de uma sociedade móvel e aberta à experimentação e à criatividade. Essa imaginação periférica sobre a terra

permite a visualização de geografias que combinam pragmatismo, formas não-clássicas de sociabilidade e processos de construção nacional ainda incompletos, favorecendo a visualização de trajetórias modernizadoras alternativas ao paradigma liberal. A imagem da terra nesses autores, portanto, traduz uma determinada interpretação do Brasil na qual se destaca o pragmatismo e a modernidade inconclusa de nossa formação social.

Um livro como esse, elaborado a partir de uma tese de doutorado, traz em seu bojo alguns problemas de difícil solução. Se, por um lado, sua escrita acadêmica cria obstáculos para a leitura de leigos, por outro, a supressão de algumas partes do trabalho original para que o tamanho fique factível para a publicação, pode acabar por prejudicar o leitor especialista. Quanto ao primeiro problema, obviamente que um trabalho construído com a carga de erudição como *A terra como invenção* enfrenta dificuldades para superá-lo. Trata-se de um texto denso, repleto de referências desconhecidas para aqueles não iniciados no assunto. Contudo, a escrita clara e a maneira como Maia constrói o argumento auxiliam sobremaneira para que a leitura não se torne cansativa, mesmo para os não especialistas na área. Em relação ao segundo problema, o autor soube escolher as partes mais significativas e suprimiu aquilo que poderia ser reduzido da tese original.

No que tange ao argumento propriamente dito do livro, cabe aqui uma pequena observação à guisa de conclusão. Dentre o conjunto de obras que buscaram nas duas últimas décadas recuperar as singularidades da nossa trajetória, demonstrando a inviabilidade das teses que sustentavam nosso atraso constitutivo como um obstáculo para o ingresso no mundo moderno, algumas tenderam a incidir em uma valorização excessivamente positivada em relação à nossa trajetória que acabaram por negligenciar muitos dos aspectos negativos do nosso percurso rumo à modernidade. Na ânsia de criticar aqueles que só interpretaram a nossa trajetória pelo olhar da negatividade, alguns autores acabaram por sobrevalorizar nosso percurso ignorando, por um lado, o que ele teve e ainda tem de autoritário e seletivo e menosprezando, por outro lado, as contribuições democráticas das trajetórias dos países centrais rumo ao moderno. Felizmente, Maia não cai nesse erro. A valorização da nossa trajetória como uma via alternativa não ocorre de maneira a ofuscar o quanto o nosso percurso alternativo à modernidade carregou consigo elementos autoritários e excludentes.

Ao refletir sobre a nossa transição à modernidade, *A terra como invenção* abre novas possibilidades para analisarmos não somente o passado, mas também as transformações do tempo presente. Ainda que não desfrutando do mesmo status de outrora, as assertivas para que copiemos modelos externos de modo a acelerarmos nosso ingresso no mundo moderno permanecem fortes. O livro de Maia, ao chamar a atenção para esse outro caminho rumo ao moderno que aqui se desenvolveu, ancorado em uma matriz civilizatória inventiva e eminentemente pragmática, contribui para a refutação dessas fórmulas mágicas e se coloca como um repositório de imaginações periféricas que nos permitem pensar caminhos alternativos para consolidarmos as promessas da modernidade, mediante o aprofundamento da democracia política e social no país. Trata-se, portanto, de um convite à experimentação e à criatividade.



Resenha recebida em junho de 2009. Aprovada em agosto de 2009.